

ANC

Fim de semana também terá sessões

Ulysses pede que os parlamentares não deixem Brasília

LUIZ MARQUES



O plenário da Constituinte, ontem vazio, esta convocado para reuniões no sábado e domingo. Dará quorum?

Uma sessão, minuto a minuto...

As 14h03min, com três minutos de atraso, havia sido iniciada a leitura da ata da sessão anterior, ao fim da qual o senador Fábio Lucena (PMDB/AM) pediu a Ulysses Guimarães que fosse feita chamada nominal para verificação de presença. Havia 163 parlamentares na casa, mas apenas 75 em plenário. O presidente da Constituinte achou que a chamada seria perda de tempo e determinou a suspensão por "30 dias", logo corrigindo a ordem, em meio a muitos risos, para "30 minutos".

As 14h31min já havia quorum, segundo confirmou Ulysses, chamando o primeiro constituinte inscrito, para falar deputado Victor Faccioni (PDS/RS), que gastou sete minutos para criticar a política econômico-financeira do governo. Quando o orador seguinte, também da oposição, subiu à tribuna, Ulysses deixou solto: Vitor Bualz (PT/ES) falou seis minutos e a campanha não souu uma única vez. "A Nova República caminha para estado de coma", previu, enquanto o presidente da Constituinte conversava com o senador Mauro Benevides (PMDB/CE), sentado a seu lado.

A deputada Myriam Portella (PDS/PI) estava inscrita para falar em seguida, mas não se encontrava em plenário. A vez, então foi do PMDB, mas Ulysses não interrompeu a conversa com Benevides. E que Jorge Hage, da Bahia, seguiu na linha de oposição à política econômica.

A campanha souu para Jorge Hage às 14h43min. Antero de Barros (PMDB/MT), chamado por Ulysses, não estava em plenário. Pior para o governo, que viu o PT retornar à tribuna, na pessoa do deputado Olívio Dutra (RS). "Constituinte sem povo não cria nada de novo", ensinou, dedicando a

primeira parte de seu discurso a temas de interesse da Assembléia, numa iniciativa inédita até aquele momento. Ulysses chamou o deputado Hermes Zaneti (PMDB/RS) e saiu do plenário, passando a presidência dos trabalhos para o senador Mauro Benevides.

"Eu não vim cá para brincar", frisou o gaúcho Hermes Zaneti, enquanto o deputado Delfim Netto (PDS/SP), czar da economia no último governo da Velha República, procurava lugar na primeira fila, reservada ao seu partido, do lado esquerdo da mesa. Mauro Benevides chamou Ruben Figueiró (PMDB/MS). Breve, usou três minutos para defender uma Constituição sintética.

O orador seguinte, Inocêncio Oliveira (PFL/PE), sugeriu a criação de blocos regionais para o encaminhamento dos interesses específicos das regiões.

A palavra continuou com o PFL. Divaldo Suruagy, ex-governador de Alagoas eleito senador, destacou que a esperança da nação está depositada na Constituinte. Lúcio Alcântara (PFL/CE) disse que a crise está relegando a segundo plano os trabalhos da Constituinte.

O senador Nabor Júnior (PMDB/AC) propôs que se fixe no texto constitucional um percentual da receita da União para o desenvolvimento da Amazônia.

Às 15h37min, Raul Ferraz (PMDB/BA) substituiu Nabor na tribuna, fazendo pesadas críticas às altas taxas de juros. Delfim Netto, até então um ouvinte atento, se retira e Jesualdo Cavalcanti (PFL/PI) assume o microfone para criticar o "entulho autoritário". João Machado Rolimberg (PFL/SE), prega que só um estadista pode tirar o País da crise.

Assume emão a tribuna o deputado Konder Reis (PDS/SC), que critica a "desorganização da econo-

mia agropecuária" e culpa o governo pelas enchentes de Santa Catarina.

Famosa por suas inúmeras intervenções, que começaram na sessão de eleição do presidente da Constituinte, um dia após a instalação da Assembléia, Raquel Cândido (PFL/RO) sobe, enfim, à tribuna. Defende interesses da Amazônia e não abusa: demora exatos três minutos.

Às 16h09min, Mauro Benevides deixa a mesa com Vivaldo Barbosa (PDT/RJ), que chama Paulo Macarini (PMDB/SC). O deputado catarinense aponta a estrutura fundiária do seu estado como modelo para a reforma agrária.

Às 16h21min, Francisco Küster, chamado por Vivaldo Barbosa na relação de inscritos, escolhe como alvo de suas críticas seu próprio partido, Vivaldo Barbosa chama então o deputado Chagas Duarte (PFL/RR), que discursa como vereador, criticando a atendimento médico do Território.

Às 16h36min, Ulysses Guimarães declara aberta a segunda parte da sessão destinada a pronunciamentos dos líderes de partidos. O primeiro a falar é Florestan Fernandes (PT/SP), que denuncia a violência policial contra trabalhadores em greve na Cosipa. Quando termina, Fernando Santana (PCB/BA) e Aldo Arantes (PMDB/GO) ocupam ao mesmo tempo a tribuna, mas a palavra acaba ficando com o primeiro. Ele adverte que "será o apocalipse" se a solução para a crise política não passar pelas "forças políticas".

Às 16h42min, Aldo Arantes, enfim, tem o microfone só para si e prossegue na crítica à violência na Cosipa. Fala apenas três minutos e é seguido de Adolfo de Oliveira (PL/RJ), que se coloca à disposição dos partidos para discutir a crise

econômica. Dois minutos, recorda na sessão.

Às 16h47min, Amaury Müller (PDT/RS): "Não sei se virá aí um terceiro choque heterodoxo ou se um choque anafilático".

Às 16h52min, Jamil Hadad (PSB/RJ) critica o governo por agir com violência contra o trabalhador e ser tolerante com o capital.

Às 16h58min, Ulysses, mais uma vez, deixa o plenário, dividido entre as funções de presidente da Constituinte, da Câmara e do PMDB. A sua retaguarda, na tribuna, Siqueira Campos (PDS/GO) acusa seu partido de estar querendo "impor outro pacote".

Às 17h02min, Amaral Netto (PDS/RJ) lamenta a ausência de Ulysses, porque gostaria de perguntar-lhe sobre as providências que teria tomado para convocar o ministro Dilson Funa-ro, o ex-presidente do Banco Central, Fernão Bracher, e o atual, Francisco Gros. Vivaldo Barbosa, na presidência dos trabalhos, promete encaminhar ao presidente da Constituinte a indagação do líder do PDS.

Às 17h05min, Walmor de Luca, que conversara antes com o líder do governo na Câmara, Carlos Sant'Anna, passa 12 minutos defendendo o governo.

Às 17h17min, Amaury Müller (PDT) apresenta requerimento para que o Presidente da República informe se o Ministério da Marinha opera ou não a conta secreta Delta 4 e, em caso afirmativo, explique com que finalidade.

Às 17h19min, Encerra-se o tempo das lideranças. Com novas inscrições, falam ainda os constituintes Fernando Santana, Cid Carvalho (PMDB/CE) e Juarez Antunes (PDT/RJ). Às 17h46min, Vivaldo Barbosa encerra a sessão, convocando os constituintes para nova sessão hoje às 14 horas.

O presidente da Assembléia Nacional Constituinte, Ulysses Guimarães, pediu aos parlamentares que não se ausentem de Brasília no próximo final de semana, quando a Assembléia terá uma série de sessões para discutir e votar o seu regimento interno. Ulysses informou, no plenário, que a partir de então, a Constituinte vai passar a trabalhar também nos fins de semana.

REGIMENTO

A divulgação dos trabalhos da Constituinte através das emissoras de rádio e de televisão e o funcionamento da Câmara e do Senado são os dois principais pontos do regimento interno da Assembléia que ainda não têm solução do relator, senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP), e continuarão a ser negociados nos próximos dias. O senador já se definiu a favor da formação de oito comissões constitucionais e uma de sistematização, da iniciativa popular de emendas, da audiência a entidades da sociedade e da exclusão, do substitutivo, do referendo popular. Amanhã, Fernando Henrique discute a matéria com os líderes partidários na Câmara e no Senado, e na sexta-feira apresenta ao plenário seu substitutivo.

A previsão do referendo no regimento havia sido anunciada na semana passada pelo relator. No último domingo, o senador reuniu-se com o presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães (SP), os líderes do Governo e do PMDB na Câmara, Carlos Sant'Anna (BA) e Luiz Henrique (SC), e os deputados Prisco Viana (BA), Pimenta da Veiga (MG) e Fernando Gasparian (SP), e segundo informou, acolheu as ponderações de que o referendo era matéria constitucional, e não regimental. Decidiu então remeter todas as emendas sobre o assunto à Comissão de Sistematização, que ficará responsável pela redação das propostas aprovadas nas comissões constitucionais, e pelas disposições transitórias da futura Carta.

Na discussão sobre o assunto, a fórmula estudada foi a apresentada pelo deputado Hermes Zanetti (PMDB-RS), segundo a qual os eleitores se manifestariam sobre questões rejeitadas por no mínimo dois quintos dos constituintes, a requerimento de 101 parlamentares.

RECESSO

A questão do funcionamento da Câmara e do Senado será discutida amanhã por Fernando Henrique e a bancada do PMDB no Senado. O relator acha que a solução será a proposta da bancada — uma

"retração do Senado, que se reuniria para atividades essenciais". O senador pretende debater também o assunto com o líder do PFL, Carlos Chiarelli (RS), e acredita que o regimento irá prever uma espécie de "recesso branco" das duas Casas. O deputado João Gilberto, que está participando do exame das emendas, disse que deverão ser formadas duas comissões, uma na Câmara e outra no Senado, para dar parecer sobre as matérias urgentes e relevantes. A dificuldade que está surgindo na busca de uma solução refere-se forma pela qual serão convocados ministros de Estado, instaladas Comissões de Inquérito, e votado no Orçamento.

No final da tarde de ontem, Fernando Henrique recebeu a diretoria da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert), que está interessada na questão da divulgação da Constituinte. O senador informou à Abert que há 76 emendas propondo a obrigatoriedade da divulgação através do rádio e da televisão, durante, no mínimo, cinco minutos diários.

— Eles estão assustados com o que vai dar — disse Fernando Henrique. Meu problema não é o que eles pensam, mas como alcançar o objetivo de divulgar a Constituinte. Estou ponderando isso com muito equilíbrio para evitar que o tiro sala pela culatra.

O senador que pediu a ajuda de Antônio Brito (PMDB-RS) nesse item, e está examinando a possibilidade de a Radiobrás produzir os programas. Indagado sobre se estaria recebendo pressões da Abert declarou:

— Eles podem pressionar até certo ponto, porque podemos pressionar mais.

O substitutivo do relator proporá oito comissões constitucionais, cada uma com 63 membros, e a de sistematização, com 49 integrantes e os 16 presidentes e relatores das demais. Cada constituinte terá direito a voto em uma só comissão, e a voz em qualquer uma. Cada comissão será dividida em três subcomissões, e terá entre cinco e oito sessões para ouvir representantes de entidades. Outra sugestão aproveitada por Fernando Henrique foi a da iniciativa popular: três entidades coligadas, que representem 30 mil pessoas, poderão apresentar emendas. Duas barreiras foram impostas nesse item, como preço da negociação, segundo João Gilberto: o eleitor somente poderá assinar uma emenda, e se esta for rejeitada por unanimidade por uma comissão, só poderá continuar tramitando se endossada por um constituinte.